

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Amapá



AGENDA INSTITUCIONAL

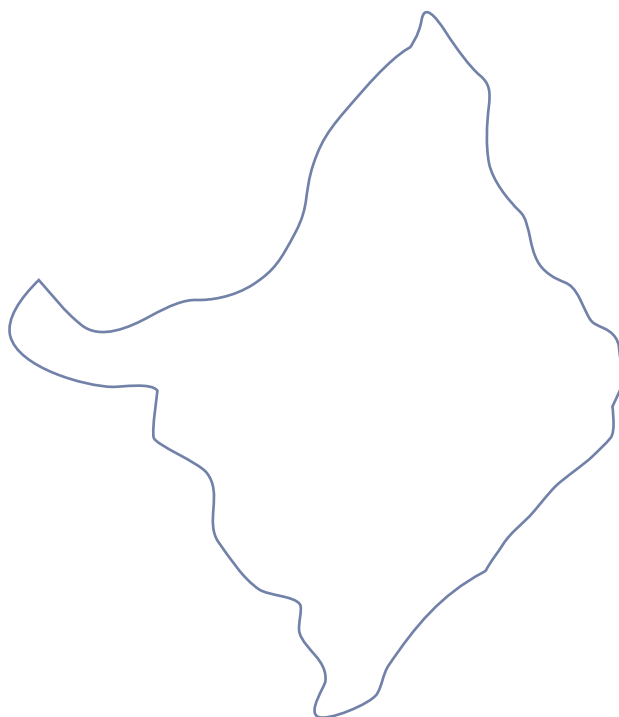
SISTEMA
COMÉRCIO

Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Amapá



Federação do Comércio de Bens, Serviços de Turismo do Estado do Amapá
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Amapá

Presidente: Ladislao Pedroso Monte

Vice-presidentes: 1º Vice-Presidente: Josué Sousa Rocha, 2º Vice-presidente: Miguel Ângelo de Souza Martins, 3º Vice-Presidente: José Arimatéia de Araújo Silva, 4º Vice-Presidente: Enildo Azevedo Pinheiro, 5º Vice-Presidente: Jaime Domingues Nunes, 6º Vice-Presidente: Mychael Keverson Vieira dos Santos

Diretores Adjuntos: Adenilson da Silva Caires, Itamar José Sarmento da Costa, Orlando Maia Barros, Márcio André Bragança Borges, Francisco Gomes Barriga Neto

Secretários: 1º Secretário: Marcel Ângelo Sampaio Góes, 2ª Secretária: Edenice Viana de Souza Braga

Tesoureiros: 1ª Tesoureira: Maria Emília Lopes Cavalcante, 1º Tesoureiro: Idael Marques Brito

Diretores Suplentes: 1º Suplente: Cássio Fabrizzio de Sousa Sobrinho, 2º Suplente: Moisés Barros de Oliveira, 3º Suplente: Carlos José da Silva Porto, 4º Suplente: Erik Sandro da Cruz Rocha, 5ª Suplente: Maria do Perpétuo Socorro Azevedo Pereira, 6ª Suplente: Elisângela do Socorro Moraes Bastos, 7ª Suplente: Naraci de Souza Costa, 8º Suplente: Márcio André Sampaio Góes, 9º Suplente: Marco Antônio Marques Cardoso, 10º Suplente: Valter Silva do Monte, 11º Suplente: Eduardo Pinheiro Vasques, 12º Suplente: Carlos Adriano Queiroz de Oliveira, 13º Suplente: Franck Elson Pelaes da Silva, 14ª Suplente: Fádía Fabiola Freitas dos Santos, 15ª Suplente: Maria Adelaide de Sousa Feitosa, 16º Suplente: Vanildon Veras Jucá Leal

Conselho Fiscal – Titulares: Conselheiro – Presidente: Edevaldo Xavier de Oliveira, Conselheiro – Membro: Gilmar Marra dos Santos, Conselheiro – Membro: Josiane Márcia de Oliveira Coutinho

Conselho Fiscal – Suplentes: 1º Suplente: Mateus Nascimento da Silva, 2º Suplente: José Valdenes de Oliveira, 3ª Suplente: Antônia Ferreira Sullyvan

Representantes junto à CNC – Titulares: 1º Representante: Ladislao Pedroso Monte, 2º Representante: Josué Sousa Rocha

Representantes junto à CNC – Suplentes: 1º Suplente: Miguel Ângelo de Souza Martins, 2º Suplente: Marcel Ângelo Sampaio Góes

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-AP, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Amapá /
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá.
- 2. ed. - Amapá : Fecomércio, 2024.
xx p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Setor Terciário. 3. Turismo. 4. Educação. I. Título.

CDD 351

Bibliotecária responsável: Danyelle Pereira Sant'Anna – CRB-7: 6669

Sumário

Apresentação	4
Somando esforços.....	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento.....	7
Setor Terciário	8
Dupla visita.....	9
Simplificação e padronização dos processos administrativos.....	9
Parceria público-privada.....	10
Procedimentos no Corpo de Bombeiros Militar para facilitar a expedição de licenças.....	10
Diálogo permanente com os órgãos de governo.....	11
Vedar a criação de novos feriados estaduais e municipais.....	11
Regramentos para os tributos estaduais.....	12
Em um cenário epidêmico, é necessário que haja um diálogo permanente com o poder público.....	12
Melhoramento da infraestrutura portuária.....	13
Reequilíbrio financeiro dos contratos de obras.....	13
Incentivo ao empreendedorismo.....	14
Turismo	16
Fomentação e dinamização da cadeia produtiva do turismo.....	17
Micros e Pequenos Empreendimentos	18
Alíquotas diferenciadas de ICMS para microempresas.....	19
Cooperativas de crédito.....	19
Educação e qualificação empreendedora no ensino público.....	20



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Ladislao Pedroso Monte

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Amapá



José
Roberto
Tadros



Ladislao
Pedroso
Monte



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio no Amapá, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 11.442 estabelecimentos, dos quais 5.226 são voltados para o Comércio, 4.120 para o segmento de Serviços e 557 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 177, e da Indústria, com 1.362 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 85,6%, assim distribuídos: Serviços, 68,9%; Comércio, 11,7%; e Turismo, 5%. A Agropecuária e a Indústria somaram 14,4% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais sobre a atuação do Sistema Comércio no estado





Setor Terciário

Dupla visita

Contextualização:

Quando o fiscal constatar alguma irregularidade, deverá, na primeira visita, orientar o empreendedor para que haja o cumprimento da legislação. Se, na segunda visita, não houver esse cumprimento, aí sim poderá lavrar o auto de infração.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário adotar como procedimento-padrão dos órgãos de atuação metrológica, tributária, sanitária, ambiental e de segurança a fiscalização orientadora, baseada no princípio da dupla visita (orientação e posterior penalidade), concedendo prazos razoáveis para correções de eventuais irregularidades.

Simplificação e padronização dos processos administrativos

Contextualização:

Se faz necessário simplificar os processos administrativos, diminuindo ao máximo suas atividades e tarefas, sem deixar de ser eficiente, eficaz e produtivo e sem deixar, também, de entregar valor ao cidadão que necessita do serviço público.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário simplificar e padronizar os processos administrativos em toda a estrutura do governo do estado e dos municípios (secretarias, agências, departamentos, etc.), por meio de um único sistema informatizado, para dar maior segurança e celeridade nos processos, oferecer acesso aos cidadãos de forma on-line e reduzir a burocracia.

Parceria público-privada

Contextualização:

Contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário incentivar e promover efetivamente as Parcerias Público-Privadas (PPPs), como instrumentos para o desenvolvimento de fornecedores e distribuidores, além da criação de núcleos de suprimento e distribuição, nos quais as principais empresas compradoras capacitem, com apoio do estado, pequenos negócios, fornecedores e distribuidores, bem como criar programa social de incentivo ao primeiro emprego para jovens de famílias em situação de risco social, apoiar a integração do comércio amapaense com o Platô das Guianas (Guiana Francesa, Suriname e países caribenhos).

Procedimentos no Corpo de Bombeiros Militar para facilitar a expedição de licenças

Contextualização:

O alvará dos bombeiros é um documento que certifica que o estabelecimento está em dia quanto aos procedimentos e equipamentos de segurança que envolvem proteção contra diversas ocorrências.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário criar procedimentos no Corpo de Bombeiros Militar para agilização dos processos de análises de projetos e vistorias para a expedição de licenças, mantendo a vinculação das equipes que iniciaram as referidas análises processuais até a emissão dos alvarás, ampliando a quantidade da equipe técnica específica, e aumentando, ainda, a vigência dos alvarás por dois anos, mas com vistorias anuais com base em relação de conformidades (checklist).

Diálogo permanente com os órgãos de governo

Contextualização:

Há uma necessidade histórica da administração pública alinhar entendimento com o setor produtivo nos temas que possam impactar.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário retomar e manter agenda permanente de diálogo participativo com as entidades representativas empresariais do Amapá, garantindo a interlocução e a composição de suas demandas e o atendimento de seus anseios, podendo, assim, contribuir com soluções práticas e aplicáveis a cada pleito, além de criar um conselho integrado empresarial governamental, melhorar a política pública para garantir a segurança nas áreas comerciais do Amapá, ampliando a central de monitoramento por vídeo, bem como a criação de um número telefônico para chamadas específicas dos empreendimentos.

Vedar a criação de novos feriados estaduais e municipais

Contextualização:

A incidência de muitos feriados em dias úteis no ano interfere no desempenho do comércio, representando, assim, um aumento considerável no custo operacional das empresas na região local.

Posicionamento:

Entendemos que não é oportuno criar novos feriados estaduais e/ou municipais. Pelo contrário, é necessário suprimir alguns, tornando-os apenas datas comemorativas ou pontos facultativos, evitando as paralisações das atividades empresariais nessas datas.

Regramentos para os tributos estaduais

Contextualização:

O Brasil prima por ter uma das piores legislações tributárias do mundo, tendo, portanto, várias consequências, tornando as organizações ineficientes do ponto de vista econômico, além de prejudicar na geração de emprego e renda por causa da insegurança jurídica advinda das normas tributárias brasileiras.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário criar mecanismos de parcelamento de todos os tributos de competência do estado e dos municípios do Amapá, com prazos mais dilatados que os atuais, inclusive para os produtos substituídos na fonte, reeditando os programas de renegociação de dívidas tributárias (Programa de Recuperação Fiscal - Refis) de forma ampla, e apoiar politicamente os mesmos programas nos âmbitos federal, além de regulamentar a prorrogação por até 15 anos (2.032) das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) por meio da Lei Complementar nº 186/2021 (27/10/2021); apoiar a participação das entidades econômicas na reforma tributária, diminuindo a carga tributária dos empreendimentos, proporcionando a redução do preço ao consumidor, o aumento dos negócios e a elevação da arrecadação fiscal, com o permanente estudo e execução da simplificação fiscal; apoiar o texto do projeto de lei do Código de Defesa do Contribuinte sugerido pelo setor produtivo e enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Alap) em fevereiro de 2020, que garantirá maior justiça tributária.

Em um cenário epidêmico, é necessário que haja um diálogo permanente com o poder público

Contextualização:

O diálogo permanente com o poder público para a retomada segura das atividades econômicas em todo o País se faz necessário em um cenário epidêmico.

Posicionamento:

Na possibilidade de um novo cenário difícil, como o ocorrido com a pandemia da Covid-19, recomenda-se o diálogo prévio do poder público de todas as esferas com as entidades representativas do setor produtivo, visando estabelecer diretri-



zes e protocolos razoáveis de segurança em saúde para estabilizar a manutenção das atividades econômicas, garantindo a remuneração dos trabalhadores, o pagamento de fornecedores e o recolhimento tributário, evitando atos e normas enviesados da razoabilidade social.

Melhoramento da infraestrutura portuária

Contextualização:

Os portos representam um tipo de infraestrutura fundamental para a economia brasileira, já que respondem pelo escoamento de mais de 90% do comércio exterior, segundo dados de 2019 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Posicionamento:

Entendemos que é necessário adaptar os projetos arquitetônicos ou reconstruir os trapiches/piéres do Santa Inês, dos portos do Perpétuo Socorro, do Canal do Jandiá e do Canal das Pedrinhas (em Macapá), do porto do Elesbão, dentre outros no município de Santana, e dos demais municípios (Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari e outros), para melhorar a infraestrutura portuária, especialmente de seus acessos terrestres, destinada para embarque e desembarque de passageiros e, também, de cargas, ampliando e facilitando os negócios do ramo fluvial, tornando os portos em hubs de logística nacional e internacional, bem como a construção de um terminal hidroviário (público ou privado).

Reequilíbrio financeiro dos contratos de obras

Contextualização:

O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras com o estado serve para manter a justa relação econômica entre contratado e contratante.

Posicionamento:



Na construção civil, é oportuno criar regimentos que possam reequilibrar financeiramente os contratos de obras do estado, reduzindo, ainda, o prazo para a

+ *aprovação dos termos aditivos contratuais, dando prioridade aos pagamentos conforme regras dos editais e dos contratos, além de classificar as obras por complexidade técnica.*

Incentivo ao empreendedorismo

Contextualização:

Programas nacionais e estaduais que apoiem o empreendedorismo são extremamente necessários para alavancar o crescimento da economia brasileira, além de impulsionar a capacitação de pessoas, tornando-as mais responsáveis e comprometidas com o ambiente produtivo do País, gerando mais emprego e renda para a população.

Posicionamento:

Entendemos que é oportuno primar por regras que possam incentivar o empreendedorismo, com políticas públicas de créditos financeiros mais razoáveis e equivalentes ao mercado internacional, aumentando a competitividade e, conseqüentemente, melhorando o ambiente de negócio e o crescimento econômico do País.





Turismo

Fomentação e dinamização da cadeia produtiva do turismo

Contextualização:

A cadeia produtiva do turismo engloba empresas e atores de diversas atividades econômicas em prol do desenvolvimento local e regional.

Posicionamento:

*Entendemos que é necessário construir um moderno e amplo centro de convenções em Macapá visando fomentar e dinamizar a cadeia produtiva do turismo de negócios no estado de forma sustentável e continuada, fortalecendo a importância econômica dessa categoria à sociedade, com base nas sugestões do livro *Propostas e recomendações de políticas públicas de turismo – Amapá (em anexo)*; implantar o turismo sustentável por meio de ecoturismo (de aventura, ecológico, histórico, de negócio, esportivo, etc.) e da valorização da cultura do estado, utilizando de serviços e profissionais qualificados (formais), além de promover o turismo criativo (turismo de base comunitária, onde o turista participa ativamente na localidade ou nas atividades desenvolvidas), e garantir a participação dos representantes da categoria no conselho de turismo do estado ou órgãos/conselhos similares nos municípios; oportunizar às empresas locais de turismo para executarem os eventos relativos a essa atividade dos calendários de todos os órgãos do governo do estado e dos municípios do Amapá, além de incluir nos projetos voltados para desenvolvimento do turismo o acompanhamento por profissionais qualificados (turismólogos); revitalizar os pontos turísticos do estado e dos municípios do Amapá (Fortaleza de São José de Macapá; Marco Zero do Equador; Balneários do Curiaú e da Fazendinha; Museu Sacaca; Parque do Forte; Parque Nacional do Cabo Orange; Sambódromo, etc.) e implantar novos locais atrativos (Parque Arqueológico do Solstício, em Calçoene); promover convergências das secretarias de turismo dos estados e dos municípios por meio de instrumento de cooperação visando ações conjuntas à captação de turistas por meio de indicações para fomentar o turismo entre os estados/municípios contraentes.*



Micros e Pequenos Empreendimentos

Alíquotas diferenciadas de ICMS para microempresas

Contextualização:

O ICMS é um tributo que incide sobre diversas operações, com produtos e alguns serviços, operações referentes à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, dentre outros.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário criar um procedimento simplificado e com alíquota reduzida ou zerada de ICMS para microempresas no primeiro ano de atividade, com evolução anual da alíquota conforme o aumento da receita do negócio.

Cooperativas de crédito

Contextualização:

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados sob circunstâncias mais favoráveis.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário fortalecer parcerias junto aos municípios para a instalação de cooperativas de crédito e de agências de fomento, onde não houver instituições bancárias.

Educação e qualificação empreendedora no ensino público

Contextualização:

Educação empreendedora está diretamente ligada à ideia inovadora no ensino, na qual se propõe o desenvolvimento de habilidades comuns ao empreendedor.

Posicionamento:

Entendemos que é necessário implantar a educação e a qualificação empreendedora no ensino público (cursos e disciplinas de empreendedorismo na grade curricular) por meio de convênios com entidades empresariais.

Pelo exposto, acreditamos que essas sugestões representam questões mínimas que podem ser efetivamente atendidas e permanentemente mantidas pelas gestões dos governos do estado e dos municípios do Amapá, gerando condições favoráveis às atividades econômicas dos seus principais setores, aumentando a quantidade de postos de trabalho e dando dignidade aos cidadãos.

